A previdência complementar fechada brasileira construiu, ao longo de décadas, uma história de solidez, governança, acumulação de poupança de longo prazo e pagamento de benefícios. Esse patrimônio institucional precisa ser reconhecido e preservado. Mas, diante das transformações demográficas, sociais, tecnológicas e econômicas em curso, talvez já não seja suficiente perguntar apenas como proteger melhor os participantes que já estão dentro do sistema. A pergunta que se impõe é mais ampla: como levar proteção previdenciária a quem nunca chegou a entrar?

É nesse contexto que o debate sobre micro pensões ganha relevância. Não se trata de criar uma previdência menor para trabalhadores de menor renda. Trata-se de reconhecer que o mundo do trabalho mudou, que a renda se tornou mais instável para uma parcela relevante da população e que a proteção social continua excessivamente dependente de vínculos formais, folhas de pagamento, contribuições regulares e instituições organizadas para uma sociedade que já não existe da mesma forma.

O desenho clássico do Estado de Bem-Estar Social foi concebido em torno de uma trajetória relativamente previsível: formação educacional, ingresso no mercado de trabalho formal, contribuição regular durante décadas e aposentadoria na velhice. Essa sequência ainda existe, mas deixou de representar a experiência de milhões de brasileiros. O país convive com informalidade elevada, trabalho por conta própria, vínculos intermitentes, microempreendedorismo, prestação de serviços, plataformas digitais e uma população expressiva em idade de trabalhar fora da força de trabalho.

Os dados recentes da PNAD Contínua indicam um mercado de trabalho aquecido, com desemprego em patamares baixos, mas também mostram uma realidade que precisa ser observada com atenção previdenciária. Há mais de cem milhões de pessoas ocupadas, dezenas de milhões de trabalhadores informais e mais de sessenta milhões de pessoas em idade de trabalhar fora da força de trabalho. Esse conjunto pressiona a sustentabilidade previdenciária de duas formas: pela dificuldade de ampliar a base contributiva e pela existência de contingentes relevantes que envelhecerão sem proteção suficiente se nada for feito.

Os trabalhadores por plataformas digitais são a face mais visível desse fenômeno. Eles não esgotam o público potencial das micro pensões, mas funcionam como laboratório do novo trabalho. São majoritariamente homens, adultos jovens, concentrados em transporte, entrega e serviços, com renda obtida pela venda direta de tempo, deslocamento, disponibilidade, reputação digital e uso de instrumentos próprios de trabalho. O problema não é apenas o nível de renda. Em alguns casos, a renda mensal pode parecer próxima ou até superior à de outros trabalhadores. O ponto central é outro: a renda é mais incerta, depende de jornadas mais longas, incorpora custos próprios e não se converte automaticamente em previdência, seguro, férias, décimo terceiro, FGTS ou proteção contra interrupção de renda.

Essa distinção é essencial. Renda não é proteção. Ganhar hoje não significa estar protegido amanhã. Para o trabalhador independente, a ausência de um empregador, de uma folha e de um patrocinador tradicional exige que o sistema previdenciário desenvolva novos mecanismos de adesão, arrecadação, incentivo, comunicação e permanência.

A dificuldade cresce porque a renda disponível das famílias brasileiras está sendo disputada por necessidades urgentes. Moradia, alimentação, transporte, manutenção do instrumento de trabalho, dívidas, cartão de crédito, consumo de curto prazo e, mais recentemente, apostas online, competem diretamente com qualquer proposta de poupança de longo prazo. Para muitas pessoas, falar em aposentadoria soa distante, quase abstrato. Não porque o futuro não importe, mas porque o presente se impõe com força.

Esse é um ponto decisivo para a comunicação previdenciária. O público elegível às micro pensões

não deve ser tratado como alguém que rejeita o futuro. Ao contrário, ele deseja segurança, autonomia, renda e melhoria de vida. Mas sua relação com o futuro é menos linear. Muitos jovens e trabalhadores independentes não aspiram apenas ao roteiro de trabalhar intensamente por décadas para descansar na velhice. Querem uma trajetória mais equilibrada, com recompensas ao longo do caminho, maior controle sobre o tempo e menor dependência de estruturas rígidas. A previdência social pouco dialoga com este grupo e, se o segmento de previdência complementar deseja atingi-lo, precisa compreender essa mudança de aspiração.

Também é necessário reconhecer que um único produto não atende às necessidades desse trabalhador. O motorista de aplicativo, a entregadora, o microempreendedor individual, o profissional de beleza, o prestador de serviços, o pequeno comerciante digital e o trabalhador informal urbano vivem realidades diferentes. O denominador comum não é uma ocupação específica, mas a ausência de uma arquitetura de proteção compatível com renda variável, baixa previsibilidade, alta exposição a choques e pouca vinculação com os canais tradicionais da previdência complementar.

Por isso, micro pensão deve ser entendida como porta de entrada, não como solução isolada. Ela precisa estar inserida em um ecossistema que combine previdência, proteção de risco, reserva de emergência, educação financeira, benefícios de curto prazo, mecanismos de contribuição flexível, incentivos comportamentais, cashback, contrapartidas, assistência e integração com os ambientes em que a renda efetivamente circula. A lógica não pode ser apenas pedir ao trabalhador que sacrifique consumo presente em nome de uma aposentadoria distante. A proposta de valor precisa ser mais concreta: organizar proteção, autonomia e prosperidade ao longo da vida.

Essa visão desafia diretamente o segmento fechado de previdência complementar. Historicamente, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar se desenvolveram em torno de patrocinadores, instituidores, relações formais, planos estruturados e governança fiduciária robusta. Esses atributos continuam sendo diferenciais importantes. A ausência de finalidade lucrativa, o horizonte de longo prazo, a cultura previdenciária e o dever fiduciário são vantagens que o setor não deve abandonar. Mas será necessário combiná-los com escala, tecnologia, linguagem simples e capacidade de distribuição.

O tema das micro pensões, portanto, não é lateral. Ele toca o centro da estratégia futura do sistema. Pequenos aportes, contribuições flexíveis e atendimento massivo exigem custo unitário baixo, automação, inteligência de dados, segurança, comunicação segmentada e integração com múltiplos canais. Isso dificilmente será alcançado por estruturas isoladas, com baixa escala, tecnologia limitada e duplicação de funções administrativas. A tendência de consolidação do setor, já observada na redução do número de entidades e na expansão de planos multipatrocinados e arranjos com múltiplos vínculos, deve ser vista não apenas como risco, mas também como oportunidade de reorganização industrial.

A consolidação mais inteligente não precisa significar perda de identidade. Ela pode significar consolidação de funções, preservando comunidades, vínculos associativos, legitimidade institucional e confiança. Entidades mais robustas podem atuar como plataformas fiduciárias, operacionais, tecnológicas e de investimentos para diferentes patrocinadores, instituidores, associações profissionais e comunidades de trabalhadores. O setor pode deixar de operar apenas como administrador de planos e passar a oferecer previdência como serviço, proteção como serviço e prosperidade como serviço.

Essa mudança é mais profunda do que uma inovação de produto. Ela implica repensar linguagem, canais, incentivos, desenho institucional e proposta de valor. Termos como participante, assistido, entidade fechada, instituto e fundo de pensão fazem sentido no ambiente regulatório, mas nem sempre criam identificação para quem vive fora da folha, recebe por aplicativo, paga contas no celular e toma decisões financeiras sob pressão permanente. A previdência complementar precisa traduzir sua solidez em relevância percebida.

O grande desafio das micro pensões é mostrar ao trabalhador independente que autonomia não

precisa significar abandono. Ser dono do próprio tempo não deveria significar estar sozinho diante do risco. Trabalhar sem patrão não deveria significar envelhecer sem proteção. Estar fora da folha não deveria significar estar fora do futuro.

O 47º Congresso Brasileiro de Previdência Privada oferece uma oportunidade importante para essa reflexão. O segmento fechado tem a chance de reafirmar sua vocação social, mas também de reconhecer que o futuro da proteção previdenciária dependerá da sua capacidade de alcançar públicos que não se enquadram no modelo tradicional. A pergunta não é se as micro-pensões cabem no sistema atual. A pergunta é se o sistema atual será capaz de evoluir para que elas caibam nele.

Se a previdência complementar fechada conseguir responder a esse desafio, em sua trajetória de ressignificação, ela poderá ampliar sua relevância social, fortalecer a sustentabilidade previdenciária do país e se posicionar como infraestrutura de prosperidade para uma nova economia do trabalho. Não se trata apenas de incluir novos participantes. Trata-se de construir novos caminhos para que milhões de brasileiros possam transformar renda incerta em proteção, esforço presente em patrimônio futuro e autonomia individual em segurança ao longo da vida.

***Sylvio Eugenio é** Diretor-Presidente da Prevcom. Coordenou o Grupo de Trabalho Ad-Hoc de Micropensões da Abrapp.

Fonte: Abrapp em Foco, em 03.07.2026.